

Cópia simples, grandes formatos, a preto e branco, por metro quadrado

1,73 — 0,57 — 2,30 — 1,00 — 1,00 — 2,30 — 2,30

Cópia simples, a cores, por folha A4

0,38 — 0,12 — 0,50 — 1,00 — 1,00 — 0,50 — 0,50

Cópia simples, a cores, por folha A3

0,75 — 0,25 — 1,00 — 1,00 — 1,00 — 1,00 — 1,00

Cópia simples, grandes formatos, a cores, por metro quadrado

2,06 — 0,68 — 2,75 — 1,00 — 1,00 — 2,75 — 2,75

Autenticação de cópias, por folha

0,26 — 0,09 — 0,35 — 1,00 — 1,00 — 0,35 — 0,35

205004911

## FREGUESIA DE ÁGUA REVÉS E CRASTO

**Edital n.º 799/2011**

### Ordenação heráldica brasão, bandeira e selo

José Olímpio Morais Pereira, presidente da Junta de Freguesia de Água Revés e Crasto, do município de Valpaços:

Torna pública a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de Água Revés e Crasto, do município de Valpaços, tendo em conta o parecer emitido em 10 de Maio de 2011, pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido, nos termos da alínea q) do n.º 2 do art.º 17.º do Decreto Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão da Assembleia de Freguesia de 30 de Junho de 2011.

Brasão: escudo de prata, uma faca de curtidor de negro, realçada de ouro, posta em pala entre duas fontes heráldicas de azul e prata, nos cantões do chefe; em campanha, cinco figos de púrpura, alinhados em orla. Coroa mural de prata de quatro torres. Listel branco, com a legenda a negro: «ÁGUA REVÉS E CRASTO».

Bandeira: esquadrelada de púrpura e branco. Cordão e borlas de prata e púrpura. Haste e lança de ouro.

Selo: nos termos da lei, com a legenda: «Junta de Freguesia de Água Revés e Crasto — Valpaços».

2 de Agosto de 2011. — O Presidente, *José Olímpio Morais Pereira*.

304992147

## FREGUESIA DE ALBERNOA

**Aviso n.º 16100/2011**

### Procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho, na carreira/categoria de assistente operacional, para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º e do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adaptada à administração autárquica pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, conjugados com a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de Abril, torna-se público que, por deliberação da Junta Freguesia de Albernoa no dia 30 de Junho de 2011, encontra-se aberto pelo período de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, o procedimento concursal comum para o preenchimento de um posto de trabalho, na carreira/categoria de assistente operacional, para a constituição de relação jurídica de emprego público na modalidade de contrato por tempo indeterminado, previsto no mapa de pessoal da Freguesia de Albernoa.

Para efeitos do estipulado no n.º 1 do artigo 4.º e no artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento próprias, uma vez que ainda não foram publicitados quaisquer procedimentos nos termos dos artigos 41.º e seguintes da referida portaria, encontrando-se igualmente dispensada, temporariamente, a consulta à entidade ECCRC.

1 — Número de postos de trabalho: 1 (um).

2 — Caracterização do posto de trabalho: assegurar a limpeza e conservação das instalações da Freguesia; assegurar a limpeza e conservação dos espaços públicos a cargo da Freguesia; efectuar a varredura, lavagem

e limpeza de ruas e sarjetas; proceder à remoção de lixo e equiparados; efectuar a extirpação de ervas; realizar outras funções/tarefas no âmbito dos serviços urbanos; efectuar o manuseamento das ferramentas e utensílios necessários à execução das tarefas; prestar apoio nas diversas actividades dinamizadas pela Freguesia.

3 — Local de trabalho: Sede da Freguesia, sita na Rua do Porto, n.º 27, 7800-601 Albernoa, e outros locais interiores e exteriores a cargo da Freguesia.

4 — Posicionamento remuneratório: será objecto de negociação entre o trabalhador e a Junta de Freguesia, de acordo com o disposto no artigo 55.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, com a redacção da Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de Abril, sendo a posição remuneratória de referência a 1.ª correspondente à RMMG.

5 — Requisitos de admissão: só podem ser admitidos ao procedimento concursal os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, satisfaçam os requisitos previstos no artigo 8.º da LVCR:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

5.1 — Nível habilitacional exigido: escolaridade mínima obrigatória, de acordo com a idade, ou seja, às pessoas nascidas até 31/12/1966 é exigida a 4.ª classe; às pessoas nascidas após 01/01/1967 é exigida a 6.ª classe ou o 6.º ano de escolaridade; às pessoas nascidas após 01/01/1981 é exigido o 9.º ano de escolaridade. Não é possível substituir as habilitações exigidas por formação ou experiência.

6 — Para efeitos do disposto na alínea l) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, não serão admitidos os candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do serviço idênticos aos postos de trabalho cuja ocupação se pretende com o presente procedimento concursal.

7 — O recrutamento para a constituição da relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado nas modalidades previstas no n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, inicia-se sempre entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, conforme o n.º 4, do artigo 6.º da lei acima referida. Em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por aplicação da norma atrás descrita, proceder-se-á ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, conforme deliberação da Junta de Freguesia no dia 30 de Junho de 2011 e de acordo com o n.º 6, do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com a alínea g), do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

8 — Formalização de candidaturas: através do preenchimento de formulário próprio, aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 8 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 89, de 8 de Maio, disponibilizado em suporte papel na sede da Freguesia, ou na página electrónica da DGAEP em [www.dgaep.gov.pt](http://www.dgaep.gov.pt).

8.1 — A entrega das candidaturas poderá ser efectuada:

Pessoalmente na Freguesia de Albernoa, sita na Rua do Porto, n.º 27, 7800-601 Albernoa, das 9h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, sendo emitido recibo;

Através de correio registado e com aviso de recepção, para o mesmo endereço, atendendo-se à data do respectivo registo para o termo do prazo fixado;

Não serão aceites candidaturas enviadas através do correio electrónico.

8.2 — Documentos que devem acompanhar a candidatura:

- a) Fotocópia do bilhete de identidade ou do cartão de cidadão;
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Comprovativos das acções de formação relacionadas com o conteúdo funcional do posto de trabalho;
- d) Declaração passada e autenticada pelo serviço de origem da qual conste a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para os candidatos detentores dessa relação jurídica;
- e) Currículo profissional, datado e assinado.